

**Os estudos populacionais
e a agenda ambiental
brasileira:
um ponto de vista**

George Martine*

Introdução

A crescente preocupação ecológica não tem sido acompanhada por um aumento concomitante de clareza quanto aos rumos a serem trilhados, seja pela pesquisa, seja pelos movimentos ambientalistas. Algumas das posturas mais influentes têm sido marcadas por modismos ou simplificação. É o caso do tratamento dado, na literatura demográfica internacional, à relação população-meio ambiente, onde imperam perspectivas de corte neo-malthusiano. Mas é também o caso da definição da própria agenda ambiental voltada, de forma desproporcional, para a questão do desmatamento amazônico. Considero fundamental repensar ambas as questões.

**As origens da questão ambiental
no Brasil**

O conteúdo e a escala das preocupações brasileiras com o meio ambiente têm refletido, em certa parte, a definição e a hierarquização feitas nos países de capitalismo avançado. Destes, originaram-se dois tipos de pressões que, embora conflitantes nas suas origens e nos seus propósitos, acabaram sendo complementares nos seus resultados.

Por um lado, suspeita-se da existência de um emaranhado nebuloso de interesses econômicos de grande porte, que teriam designios inconfessados sobre os recursos minerais e vegetais amazônicos. A desconfiança a respeito de tais interesses já deixou de ser privilégio de radicais mal-lavados ou mal-amados de esquerda. Pelo contrário, passou a integrar a dieta de alianças nacionalistas e desenvolvimentistas. Evidentemente, não acredito em conspirações... *pero que las hay... hay!*

Por outro lado, parece ter havido uma certa canalização, consciente e/ou inconsciente, da energia dos movimentos ambientalistas dos países avançados para a questão amazônica. Nestes países, a questão ambiental acabou gerando conflitos complexos e praticamente insolúveis de interesses entre diversos setores sociais. Isto porque existem tensões claras entre "desenvolvimento" e "preservação": as formas em que estas são resolvidas favorecem a certos setores e prejudicam a outros.

É nesse contexto de tensões político-ecológicas que surgiu o desmatamento amazônico como preocupação ambiental planetária. Constitui, de fato, um problema ecológico grave mas também representa um alvo conveniente: extrapola a economia política interna dos países desenvolvidos, não prejudica a nenhum setor politicamente importante destas sociedades, e diz respeito a uma terra distante e exótica.

Por isso, a preocupação com os efeitos do desmatamento amazônico acabou sendo desproporcional, particularmente quando se considera as conseqüências ecológicas do estilo de desenvolvimento e do padrão de vida dos países adiantados. De fato, a generalização desse estilo e desse padrão para outros continentes significa-

* Presidente do Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza), Brasília - DF.

ria uma rápida aceleração da degradação ambiental e do esgotamento de vários recursos não-renováveis.

No Brasil, a mídia e, através dela, a opinião das grandes massas, assim como a atuação do poder público, têm sido fortemente influenciadas por essa campanha internacional. Parte da academia e dos movimentos ambientalistas, levada pela mesma corrente e induzida pelo tipo de recursos externos disponíveis também tem enfatizado a questão amazônica. Nessa dinâmica, parcela crescente da atenção mundial e de recursos ambientais têm sido dirigidos para apoiar os protetores "naturais" da floresta. O caso dos seringueiros, particularmente no período pós-Chico Mendes, é, evidentemente, a mais notória manifestação desta preocupação.

Mas tem havido uma simplificação desconcertante dessa questão (1), apoiada, inclusive, na manipulação da opinião pública. O Estado, acossado pela pressão internacional, ficou satisfeito por encontrar no episódio alguns vilões em quem recairia, simbolicamente, toda a culpa pelo desmatamento.

Sem menosprezar o desmatamento amazônico como problema grave e atual, é fundamental reconhecer o jogo de interesses que tem resultado na simplificação das soluções propostas e no retardamento da reflexão em torno dos outros problemas ambientais brasileiros.

Sugiro que a contribuição dos estudos populacionais, *lato sensu*, pode ser importantíssima nesta reformulação da agenda ambiental brasileira em dois sentidos: primeiro, no sentido de precisar a magnitude relativa dos problemas ambientais à luz do seu significado demográfico e social; segundo, no sentido de precisar a forma e a evolução do locus dos problemas ambientais. Para dar essa contribuição, porém, a disciplina terá de se livrar de algumas amarras teóricas e/ou ideológicas que têm caracterizado a literatura sobre o tema.

A relação entre população e meio ambiente (2)

O debate internacional costuma tratar a relação população-meio ambiente como um simples problema da pressão dos números sobre recursos naturais escassos. A ênfase habitualmente dada ao aspecto **crescimento** populacional reflete o vigor do lobby da "explosão demográfica", que dominou grande parte do pensamento e da pesquisa demográficos nas últimas décadas (3). Nessa visão, o equilíbrio ecológico exigiria uma redução radical no ritmo de crescimento da população.

A solução proposta pelo neo-malthusianismo perde seu sentido prático frente queda acentuada da fecundidade verificada aqui durante as últimas décadas (4). A implicação prática desta queda para a questão ecológica que, mesmo em se adotando o paradigma malthusiano, não se poderia esperar do controle populacional a capacidade de resolver, nem mesmo amenizar de forma significativa, os problemas ambientais brasileiros.

Outras correntes de pensamento, defendidas diferencialmente por economistas neo-clássicos e por pensadores de formação marxista, negam ou relativizam a importância da pressão demográfica sobre os recursos naturais (5). Nenhuma dessas perspectivas parece adequada, em si, para apreender a relação população-meio ambiente no Brasil, nem para inspirar a definição de prioridades na agenda sócio-ambiental nacional.

Todas essas perspectivas situam a problemática população-ecologia a nível dos impactos do **crescimento** demográfico sobre o meio ambiente. Postulo que a variável demográfica de maior importância para a definição da agenda ambiental no Brasil - e provavelmente de muitos países em desenvolvimento - diz respeito à **redistribuição** da população sobre o espaço. Esta segue, **grosso modo**, a dinâmica espacial das atividades produtivas, que se re-locam no espaço em função de fatores sobretudo econômicos.

O padrão predominante de redistribuição populacional no Brasil constituído, na atualidade, pela concentração crescente em grandes cidades, sobretudo no Centro-Sul, como reflexo da concentração de atividades econômicas (6). No futuro, é de se esperar que esta tendência à concentração de atividades econômicas e de população se acentue cada vez mais na medida em que a lógica do mercado deverá favorecer áreas e localidades que apresentam maiores vantagens comparativas. Isto equivale a dizer que o pólo dominado pela RM de São Paulo e, portanto, o Centro-Sul, tenderá a concentrar uma parcela crescente da atividade econômica do País.

Os movimentos populacionais acompanham, **grosso modo**, o processo de concentração de atividades econômicas mais vigorosas. Mas, a própria dinâmica dos processos demográficos também servirá para concentrar ainda mais a população em espaços já densamente povoados. Isto significa que as melhorias a serem obtidas na equação população-ambiente vão depender, não do controle populacional, senão de mudanças na forma de utilização dos recursos.

Significado dos padrões demográficos para a agenda ambiental brasileira

Neste cenário, as questões sociais e ambientais de maior significado para a população brasileira necessariamente vão se concentrar onde existe maior densidade econômica e demográfica. Isto, evidentemente, não quer dizer que outras regiões não apresentem problemas ecológicos de grande urgência. Na realidade, a ótica populacional implica duas dimensões analíticas espaciais diferentes, do ponto de vista da preocupação ambiental: a das especificidades regionais e a do adensamento urbano, que nos interessa mais aqui.

O conjunto dos problemas ambientais sofridos pela população residente nas cidades brasileiras já constitui o segmento mais

significativo da agenda ambiental brasileira. Ou seja, as questões ambientais que afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito de espaços urbanos construídos ou em construção, e não em espaços naturais ou basicamente intocados.

Os problemas ambientais das cidades brasileiras se derivam basicamente de duas ordens de determinantes. Por um lado, existem problemas resultantes da concentração da pobreza nas cidades, particularmente as de grande porte; aqui as conseqüências da pobreza, que caracteriza uma grande parcela da população brasileira, se confundem com as conseqüências da degradação ambiental. Por outro lado, encontram-se os problemas causados pela concentração das atividades econômicas, particularmente as do setor industrial. Esta categoria de dificuldades, evidentemente diferenciada de acordo com a natureza e a intensidade da atividade econômica em diferentes regiões do país. Embora esta segunda classe de problemas ambientais possa afetar todos os segmentos sociais residentes em uma determinada localidade onde haja degradação ambiental de origem industrial, eles costumam afetá-los diferencialmente, sendo as conseqüências mais agudas justamente nos setores mais pobres. Ou seja, a probabilidade de que os setores populacionais de menor renda estejam residindo em áreas de solo e ares insalubres, trabalhando em ambientes insalubres, comendo alimentos deteriorados e bebendo água contaminada por dejetos é muito mais elevada.

Os problemas mais evidentes são aqueles relacionados com a habitação mas a inadequação do lugar de trabalho, da vizinhança e da localidade ou da sub-região em termos da poluição do ar, da água e do solo são também cruciais. Uma questão que se torna mais aguda a cada ano é o impacto da concentração urbana para a freqüência e a nocividade das enchentes. Sem dúvida, o desmatamento, o assoreamento dos rios, a eliminação de barreiras naturais, as derrubadas em declives e encostas, produzidos pela concentração econômica e demográfi-

ca e pela especulação imobiliária, têm provocado cataclismas "naturais" de gravidade crescente.

Todos esses problemas espelham, de forma mais ou menos fiel, as dificuldades ambientais enfrentadas no passado pelos países desenvolvidos. Aqui como lá fora, esses problemas não são fáceis de serem resolvidos. O modelo tecnológico disponível atualmente e no futuro previsível não é um modelo ecologicamente neutro ou "limpo". Evitar a degradação ambiental, particularmente nos setores industrial e agrícola, tem custos. Portanto, não se pode imaginar que haverá uma solução fácil ou indolor para a questão ambiental: os interesses de alguém ou de algum setor vão ser inevitavelmente afetados.

Além das dificuldades comuns, inerentes ao dilema ecologia-desenvolvimento de qualquer país, existem agravantes adicionais aqui: o contexto de um capitalismo ainda selvagem onde impera a estratégia da ave de rapina; a mentalidade que, durante séculos, vem considerando a natureza como um obstáculo a ser vencido; e habilitação de recursos disponíveis do setor público para um domínio considerado "marginal" ao esforço de desenvolvimento.

Outra questão complicada é que o desenvolvimento, isto é, o crescimento econômico com redistribuição, tende, *ceteris*

paribus, a aumentar os problemas ambientais. Ou seja, o aumento da capacidade aquisitiva de setores crescentes da população, necessária tanto do ponto de vista da economia capitalista como do bem-estar social, pode implicar em maior pressão sobre os recursos existentes.

Tais problemas não são passíveis de serem solucionados nem pelas forças de mercado nem pela tecnocracia, a menos que haja uma forte pressão da sociedade civil. As transformações no processo produtivo podem ter impactos sociais e ambientais de qualidade variável, dependendo de como forem encaminhadas. Esse encaminhamento depende da capacidade de organização de diferentes segmentos sociais em defesa dos seus próprios interesses. Por outro lado, precisa ser fundamentado em posturas viáveis ou negociáveis assim como em informações tecnicamente sustentáveis.

Nesse contexto, fica claro que o bem-estar sócio-ambiental está atrelado a uma melhor definição do problema ambiental, assim como de suas possíveis soluções. Para tanto, é preciso reformular a agenda ambiental em função de novas informações e, sobretudo, dos interesses da população. Nesse esforço de redefinição de prioridades e de busca de novas orientações, os estudos populacionais têm muito que contribuir.

NOTAS

- (1) Sobre esta simplificação, ver Torres, H. & Martine, G. - 1991. Amazonian Extractivism: Prospects and Pitfalls. **Série Documentos de Trabalho, n. 5**, Brasília, Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza); Sawyer, D. - 1990. Possibilidades e limites de formas alternativas de exploração econômica da Amazônia brasileira, **Nova Economia**, Belo Horizonte, 1(1):91-108.
- (2) Esta discussão é baseada em Martine, G. - 1991. Desenvolvimento, Dinâmica Populacional e Meio Ambiente: Redefinindo a Agenda Brasileira, **Série Documentos de Trabalho n. 1**, Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza), Brasília.
- (3) Sobre a persistência do controlismo dos organismos internacionais, ver Berquó, E. - 1990. Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, 7(1):87-94.
- (4) Ver a este respeito, Berquó, E. -1990, op.cit.; Martine, G. - 1989. O mito da

- explosão demográfica. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 9(51):28-35.
- (5) Para uma discussão das diversas posturas teóricas em torno da questão população-meio ambiente, ver: Hogan, D. (org.) – 1989. **População e Meio Ambiente, TEXTOS NEPO 16**, UNICAMP, Campinas; Stonich, S. – 1989. **The dynamics of social processes and environmental destruction: a Central American case study, Population and Development Review**, 15(2):269-296.
- (6) Para uma discussão desses processos, ver Martine, G. & Diniz, C.C. **Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico, Revista de Economia Política**, São Paulo (no prelo).

Recebido para publicação em 05/07/91.
Aprovado para publicação em 06/12/91.